

# Amanhã há de ser outro dia

## Nesta aula

Os primeiros anos da década de 1970 foram de grande euforia. Entre 1970 e 1973, a economia brasileira cresceu em torno de 10% ao ano! Era o “milagre” brasileiro. Após anos de uma dura recessão, o país vivia sob uma inflação baixa. De maneira nunca vista, cresciam a produção industrial e as exportações. Consolidava-se a sociedade de consumo. A classe média passava a ter carro, casa própria, eletrodomésticos e lazer.

Nesta aula, vamos ver como a crise internacional do petróleo veio abalar a economia nacional e os índices de crescimento, sob os governos Geisel e Figueiredo. Veremos também que, com a crise econômica, ficou mais difícil manter a repressão política. Iniciou-se, então, uma distensão lenta e gradual.

## Do “milagre” à crise

Os técnicos tomaram conta da economia do Brasil. Muitos haviam se formado pela Escola Superior de Guerra (ESG), que desde os anos 50 vinha se preocupando em discutir a realidade brasileira e formar profissionais capazes de planejar e apresentar soluções para os problemas brasileiros. Crescia também a força dos cursos universitários. Os salários daqueles que possuíam curso superior eram bem melhores e todos alimentavam o **sonho da universidade**, principalmente entre a classe média.

O setor estatal foi fortalecido e crescia, baseado na facilidade dos empréstimos externos. Nesse momento, as empresas estatais tinham como meta tornar-se lucrativas. O capital estrangeiro aumentou enormemente o seu investimento, com a instalação das **multinacionais**. E os juros da dívida externa estavam lá embaixo...

A rede de rodovias aumentou. Grandes projetos de hidrelétricas (Itaipu) e a ocupação da Amazônia (construção da rodovia Transamazônica) tornaram-se prioridades do governo, Surgiram **supermercados e shopping centers**. Tudo parecia confirmar o slogan “Ninguém segura este país”, divulgado pelo governo e repetido por todos que viam seu padrão de vida melhorar.

Entre 1970 e 1973, o rápido crescimento das exportações brasileiras conseguiu equilibrar a balança comercial, aumentando as exportações em 40% ao ano. Já o processo de concentração da renda negava aquilo que os técnicos do governo costumavam afirmar, isto é, que era preciso esperar o bolo crescer para dividi-lo. O bolo cresceu, mas... não foi dividido!

As bolsas de valores aumentaram seu movimento, criando uma febre de especulação e o desejo de enriquecer rapidamente. Nos bancos, vários investimentos foram oferecidos na forma de ações, letras de câmbio e certificados de depósito bancário. Esses investimentos eram papéis que funcionavam como uma espécie de empréstimo dos clientes aos bancos, que por sua vez investiam e pagavam os clientes com juros. Começava o que ficou conhecido como ***ciranda financeira***.



***Exemplo de obra gigantesca, a hidrelétrica de Itaipu gastou milhões de dólares em sua construção.***

O “milagre” brasileiro não durou muito. A partir de 1973, uma crise internacional mudaria os rumos do “milagre”, junto com as contradições da política econômica do período, que aumentava cada vez mais a dependência do Brasil em relação à economia internacional.

Era o momento de rever planos e estratégias. O Estado brasileiro procurava legitimar sua ação política (com a eliminação da oposição e a ***linha dura***) com o lema “segurança nacional e desenvolvimento”.

Em nome da segurança nacional, os cidadãos perdiam sua liberdade política, mas ganhavam desenvolvimento econômico. O “milagre” econômico serviu de apoio ao lema da ditadura, que procurou sempre divulgar dados e estatísticas técnicas para demonstrar o crescimento do país. Porém, seus problemas surgiram logo, e pioraram com a situação internacional.

### **A crise do petróleo**

Quando, em 1973, os países árabes, responsáveis pela maior parte da produção de petróleo, se reuniram na Organização dos Países Exportadores de Petróleo – OPEP e decidiram aumentar os preços do produto, a situação brasileira ficou complicada. A principal fonte de energia do mundo tornou-se cara e gerou uma crise mundial.

Em 1974, a OPEP triplicou o preço mundial do petróleo. O Brasil passou a enfrentar graves dificuldades, pois na época importava 80% do petróleo consumido e tinha uma indústria automobilística em expansão.

Os juros da dívida externa subiram demais e as exportações brasileiras caíram. Era o fim do “milagre”. Em 1977, foram adotadas medidas para conter o consumo dos combustíveis derivados de petróleo. Passou a haver racionamento, fechando-se os postos de abastecimento à noite, nos fins de semana e nos feriados.

O “milagre” econômico da década de 1970 ajudou o governo militar a justificar o seu poder, e não se pode negar o crescimento econômico, especialmente do parque industrial nacional. Os ministérios e equipes do governo, ocupados por especialistas em determinados assuntos, construíram um poder de técnicos – a **tecnocracia**. A conjuntura internacional ajudou, combinada com os interesses do empresariado nacional e o apoio da classe média, satisfeita com seu próprio crescimento. No entanto, os programas sociais não tiveram sucesso. O Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL, a reforma agrária, o Plano Nacional de Saúde não conseguiram cumprir seus objetivos. A década de 1980 não chegou com otimismo.

### O governo Ernesto Geisel (1974-1979)

Escolhido indiretamente para exercer a Presidência da República, o general Geisel assumiu o poder quando o “milagre” brasileiro já mostrava sinais de crise. Com o objetivo de dar continuidade ao desenvolvimentismo, foi lançado o Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (2º PNB), que dava prioridade ao setor energético.

Grandes projetos foram iniciados nesse governo: a **usina nuclear** de Angra dos Reis, fruto de um acordo entre o Brasil e a Alemanha; os **pólos industriais** de Carajás e Trombetas; e o Pro-Álcool, que desenvolveu um novo tipo de combustível para veículos – o **álcool hidratado**. Esses projetos tornaram-se incompatíveis com a dívida externa, que se tornara bem grande.

Por outro lado, as aplicações no mercado financeiro ofereciam mais vantagens do que os investimentos na produção.

O 2º PNB não foi muito bem sucedido. O fantasma da crise voltou a assustar os brasileiros e não havia santo que aparecesse para fazer milagres.

### Abertura política lenta e gradual

Em termos políticos, a escolha do general Geisel significava uma vitória dos grupos moderados, que pensavam em devolver o poder aos civis gradualmente. É claro que os efeitos da crise econômica e as novas pressões dos vários setores da sociedade também contribuíram para o processo de abertura política.

Os trabalhadores, em 1978, desencadearam inúmeras greves, duramente reprimidas pela polícia. No entanto, os próprios empresários perceberam que era melhor conversar com os líderes sindicais do que com os representantes do governo.

Na região do ABC, em São Paulo, onde se concentravam as indústrias automobilísticas, o movimento grevista dos metalúrgicos, liderados por Luís Inácio da Silva, o Lula, deu início à reorganização dos trabalhadores.

O caminho, porém, seria difícil. Os militares da linha dura não concordavam com a política de abertura. Ações repressivas, que culminaram com os assassinatos do jornalista Vladimir Herzog e do operário Manoel Fiel Filho, colocaram em questão a autoridade do presidente e provocaram a indignação da sociedade.

***Outro exemplo de obra gigantesca: a usina nuclear Angra I.***

A reação foi imediata: impôs-se um duro golpe aos setores radicais do próprio governo, com a demissão do comandante do Segundo Exército e do próprio ministro do Exército.

### **Os pacotes eleitorais**

A abertura política do presidente Geisel, no entanto, foi bastante segura. Em 1976, o ministro da Justiça Armando Falcão baixou uma lei que criou o horário gratuito de propaganda eleitoral e, ao mesmo tempo, limitou o acesso da oposição ao rádio e à televisão. Os candidatos somente podiam dizer o nome, o número, a sigla partidária e o cargo que disputavam. Além disso, o tempo para cada partido era proporcional ao número de cargos que já ocupava no Senado, na Câmara, nas Assembleias estaduais e municipais.

De acordo com a Lei Eleitoral, o número de deputados federais a que cada estado tinha direito variava conforme o número de eleitores. O estado que tivesse mais eleitores teria mais deputados. Esse era o caso de São Paulo, que tinha direito a noventa deputados.

O mapa das eleições de 1974 mostrou que o governo ganhara nas zonas rurais, onde predominavam os “currais eleitorais”, e perdia nas cidades onde a população era mais politizada.

### **O pacote de abril**

O chamado “pacote de abril”, baixado em 1977, tratou de garantir a permanência das linhas mestras do regime. Tratava-se de um conjunto de emendas constitucionais e decretos-leis, que promovia a reforma do Poder Judiciário e do Poder Legislativo.

Por esse pacote, o número de deputados federais passou a ser proporcional ao número de habitantes, incluindo crianças e analfabetos, e não mais ao número de eleitores. Os territórios, como Roraima e Amapá, onde o governo sempre ganhava, tinham direito a um deputado, e passaram a ter direito a dois. E os estados teriam direito a ter, no mínimo, oito deputados e, no máximo, 55.

Dessa forma, em São Paulo seriam necessários 200 mil votos para eleger um deputado, enquanto no Acre, apenas 8.750 votos seriam suficientes.

Certa vez, num debate na televisão, um candidato da oposição comentou:

“Agora só falta o governo decretar que o voto a seu favor vale dois, e que o voto para a oposição vale um”. A verdade é que o voto de um eleitor acreano passou a valer o voto de 23 eleitores paulistas.

O pacote de abril também fez modificações no Colégio Eleitoral – que era composto pelos membros do Congresso Nacional (Câmara dos Deputados e Senado) e pelos representantes das Assembleias dos estados – para escolha do presidente, ampliação do mandato presidencial para seis anos e criação dos chamados “senadores biônicos”. Esses senadores, sem serem eleitos, eram indicados pelo governo.

Graças a essas medidas para prolongar o regime, o governo conseguiu manter maioria no Congresso nas eleições de 1978, embora a oposição tivesse arrebanhado a maioria absoluta dos votos.

Somente após garantir-se a transição, com a escolha de outro militar para governar por mais seis anos, é que foram revogados o Ato Institucional nº 5 e a censura, no final do governo Geisel. O projeto de abertura política lenta e gradual do presidente Geisel estava garantido.

### O governo João Figueiredo (1979-1985)

Em março de 1979, assumiu a presidência o ex-chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI) do governo Geisel, general João Figueiredo, após um período de campanha que o obrigou a percorrer o país de ponta a ponta, num exercício de democracia que, até então, nenhum presidente do período militar havia feito.

Afirmando ter a mão estendida à conciliação, Figueiredo se propôs a dar continuidade – ainda lenta e gradual – ao processo de abertura.

A reforma partidária, com uma nova lei orgânica dos partidos, permitiu a volta do pluripartidarismo. A ARENA e o MDB trocaram de nome, passando a chamar-se Partido Democrático Social – PDS e Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB. Também foram registrados o Partido dos Trabalhadores – PT, o Partido Trabalhista Brasileiro – PTB e o Partido Democrático Trabalhista – PDT. O objetivo dessa reforma era reforçar o partido do governo, dividindo a oposição.

O presidente Figueiredo baixou outro “pacote eleitoral” em 1981, proibindo as coligações, ou seja, a união de partidos para apoiar um mesmo candidato. Cada partido deveria ter chapa completa de candidatos, e o voto seria vinculado. Isso quer dizer que o eleitor só podia votar em candidatos do mesmo partido.

Em junho de 1982, outro “pacote” exigia a fidelidade partidária, isto é, obrigava os parlamentares a votar conforme a determinação da direção do partido. E, para impedir que a oposição, com maioria no Congresso, fizesse modificações na Constituição, as emendas só poderiam ser aprovadas por dois terços dos congressistas.

A convocação, em 1982, de eleições diretas para todos os níveis, exceto para presidente, movimentou todo o país, embora nas grandes cidades não houvesse eleições para prefeito, pois eram consideradas **áreas de segurança nacional**.

Com o fim do Ato Institucional nº 5 e o abrandamento da Lei de Segurança Nacional, os movimentos populares intensificaram-se. Surgiram organizações como o *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*, o *Movimento Popular de Saúde*, os *Grupos de União e Consciência Negra*, *União das Nações Indígenas*, as *Comissões de Mulheres*, além de haver um incremento dos movimentos pastorais, sindicais e de partidos políticos.

A **anistia** foi aprovada em 28 de agosto de 1979.

## GOVERNOS DO REGIME MILITAR

**RANIERI MAZZILLI** – Presidente da Câmara, assumiu o governo de 2 a 15 de abril de 1964, por determinação do Congresso.

**CASTELO BRANCO** – De 15 de abril de 1964 a 15 de março de 1967. Como chefe da “revolução”, pretendia normalizar a situação política, restabelecer os processos democráticos normais, e garantir a eleição presidencial prevista para 1965. Seu mandato, porém, foi prorrogado pelo Ato Institucional nº 2 que estabeleceu, também, a eleição indireta para presidente da República e governadores dos estados.

**COSTA E SILVA** – De 15 de março de 1967 a 31 de agosto de 1969. Afastou-se do governo por que sofreu um derrame cerebral, vindo a falecer em 17 de dezembro de 1969. Em 13 de dezembro de 1968, foi baixado o Ato Institucional nº 5, que teve como consequência o endurecimento do regime.

**JUNTA MILITAR** – De 31 de agosto a 10 de outubro de 1969. Essa junta era composta pelos ministros militares: general Lira Tavares, do Exército; almirante Augusto Rademaker, da Marinha e brigadeiro Sousa Melo, da Aeronáutica.

**EMÍLIO MÉDICI** – De 10 de outubro de 1969 a 15 de março de 1974. Foi a fase mais dura do regime, caracterizada pela violenta repressão e pelo chamado “milagre” brasileiro na economia.

**ERNESTO GEISEL** – De 15 de março de 1974 a 15 de março de 1979. Iniciou a abertura política, com a emenda constitucional aprovada em 13 de outubro de 1978, para começar a vigorar a partir de 1º de janeiro de 1979. Essa emenda revogou os Atos Institucionais e Complementares.

**JOÃO FIGUEIREDO** – De 15 de março de 1979 a 15 de março de 1985. Passou o governo a um civil, eleito pelo Colégio Eleitoral.

A década de 1970 terminou com um Brasil bem diferente do que começara. No plano econômico, a euforia deu lugar à crise; e no plano político, os anos de chumbo cederam espaço para um pouco de liberdade. Em dezembro de 1978, foi revogado o Ato Institucional nº 5, o mais importante instrumento de repressão política. A partir daí, veio a certeza de que o regime autoritário se esgotara e de que era chegada a hora da democracia.

No plano político, a década de 1980 representou um momento decisivo na História brasileira. O regime militar – pressionado tanto pela crise econômica como pela capacidade de organização da sociedade – foi sendo obrigado a abrir mão do poder. As campanhas **pela anistia** e **pelas diretas** já tiveram um papel significativo nesse processo de democratização do Estado.

O primeiro governo da Nova República teve de enfrentar a grave crise econômica, com inflação em alta, e a crise social, com desemprego, miséria, falta de assistência à população. No campo político conseguiu que fosse mudada a legislação autoritária, por meio de uma nova Constituição.

O tempo  
não pára

### Relendo o texto

Leia mais uma vez o texto da aula, sublinhe as palavras que não entendeu e procure ver o que elas significam, no dicionário e no vocabulário da Unidade.

1. Releia **Do milagre à crise** e explique:
  - a) de que maneira o regime autoritário legitimava sua ação política;
  - b) de que forma a crise internacional do petróleo afetou o milagre brasileiro.

### Exercícios

2. Releia **O governo Ernesto Geisel (1974-1979)** e explique por que o caminho da abertura democrática foi difícil.
3. Releia **Os pacotes eleitorais** e **O governo João Figueiredo (1979-1985)**, e explique o objetivo das inúmeras reformas eleitorais feitas nos governos Geisel e Figueiredo:
4. Dê um novo título a esta aula.

### Fazendo a História

Este samba de Chico Buarque, composto em 1978, é considerado o “hino da abertura”. Leia-o e responda às questões propostas.

#### **Apesar de você**

De Chico Buarque

*Hoje você é quem manda  
Falou tá falado  
Não tem discussão  
A minha gente hoje anda  
Falando de lado  
E olhando pro chão, viu  
Você que inventou esse estado  
E inventou de inventar  
Toda a escuridão  
Você que inventou o pecado  
Esqueceu-se de inventar  
Operdão*

*Apesar de você  
Amanhã há de ser  
Outro dia  
Eu pergunto a você  
Onde vai se esconder  
Da enorme euforia  
Como vai proibir  
Quando o galo insistir  
Em cantar  
Água nova brotando  
E a gente se amando  
Sem parar*

*Quando chegar o momento  
Esse meu sofrimento  
Vou cobrar com juro, juro  
Todo esse amor reprimido  
Esse grito contido  
Este samba no escuro*

*Você que inventou a tristeza  
Ora, tenha a fineza  
De desinventar  
Você vai pagar e é dobrado  
Cada lágrima rolada  
Nesse meu penar*

*Apesar de você  
Amanhã há de ser  
Outro dia  
Inda pago pra ver  
O jardim florescer  
Qual você não queria  
Você vai se amargar  
Vendo o dia raiar  
Sem lhe pedir licença  
E eu vou morrer de rir  
Que esse dia há de vir  
Antes que você pensa*

*Apesar de você  
Amanhã há de ser outro dia  
Você vai ter que ver  
A manhã renascer  
E esbanjar poesia  
Como vai se explicar  
Vendo o céu clarear  
De repente, impunemente  
Como vai abafar  
Nosso coro a cantar  
Na sua frente*

*Amanhã há de ser  
Outro dia  
Você vai se dar mal  
Etc. e tal.*

1. Quem é o “você” do poema?
2. Como é o “você”?
3. Quais os temas abordados pelo autor?
4. O que significa o estribilho “apesar de você, amanhã há de ser outro dia”?
5. Na sua opinião, o autor tinha uma atitude otimista ou pessimista diante do quadro político?

